



Prefeitura Municipal de São Carlos

ATA DE JULGAMENTO 664

Aos 24 dias do mês de Maio do ano de 2020, às 08h30, no Paço Municipal, reuniram-se a pedido da ,representantes do Comitê Emergencial de Combate ao Coronavírus para realizar o julgamento do recurso do estabelecimento Aristides Aparecido Zaccarim Me para todos referente ao cumprimento do Decreto Municipal 169/2020.

O representante do estabelecimento Sr. Aristides Aparecido declara que Fazemos parte das lojas que mais foram prejudicadas pelas enchentes de janeiro com grandes perdas. Minha loja é praticamente a única fonte de renda que tenho na família e a de um único funcionário também. Mais de 30 por cento de nosso estoque é composto de calçados de segurança do trabalho (botas de borracha, sapatão e botinas e os sapatos profissionais branco com "C.A") Visto que atendemos principalmente a área da saúde (profissionais da Unimed, Santa Casa, laboratórios e clínicas particulares), e as botinas, sapatão, e botas de borracha para área de segurança, limpeza e construção civil. Venho respeitosamente requerer junto a V.sas. a permissão para realizar vendas no sistemas Delivery, No qual nos comprometeríamos com as seguintes medidas : Apenas meia porta aberta, com a comporta da enchente levantada, impedindo totalmente a entrada na loja e atendendo um cliente por vez. Utilizando máscaras, álcool em gel na porta e equipamento de cartão de crédito filmado e higienizado. Antecipadamente agradeço a atenção.

PARECER: Preliminarmente informo que a Prefeitura Municipal possui a **sentença** através do Processo Digital 1003166-76.2020.8.26.0566 que o **Município, deverá, por ora, prevalecer as regras do Decreto Municipal nº 140, que determinou o fechamento imediato do comércio em geral pelo prazo de 20 de março a 30 de abril de 2020, já que elaborado em consonância com as peculiaridades locais, de modo a evitar possível contaminação ou propagação do coronavírus na cidade, tendo em vista, ainda, a capacidade de atendimento de seu sistema de saúde.**

Além disso existe uma sentença através do Processo Digital 1003307-95.2020.8.26.0566 que o Município deve proibir a realização de passeatas, carreatas e/ou manifestações **ou qualquer outro comportamento indevido que impliquem em aglomeração de pessoas e em contrariedade às recomendações técnicas, aos decretos e diretrizes emanadas pelo órgãos da saúde e pelo Governo Estadual e Municipal**

O DECRETO ESTADUAL Nº 64.975, DE 13 DE MAIO DE 2020 estipula em seu Art., 1 que - Os dispositivos adiante relacionados do artigo 2º do Decreto nº 64.881, de 22 de março de 2020, passam a vigorar com a seguinte redação

I – o inciso I: “I - o atendimento presencial ao público em estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços, especialmente em casas noturnas, “shopping centers”, galerias e estabelecimentos congêneres, salões de beleza e barbearias, **academias de esporte de todas as modalidades e centros de ginástica**, ressalvadas as atividades internas;” (NR)



Indeferido o funcionamento, pois a atividade **de escolas, academias, comércio em geral**, de serviços de alimentação de consumo no interior do local, restaurantes, lanchonetes; bares; academias; cinemas; clubes de lazer; casas de festas e eventos; boates; buffet em geral e shoppings centers, cultos e celebrações religiosas e, congêneres esta vedada pelo **Decreto Estadual nº 64.9975, de 13 de Maio de 2020, que alterou o Decreto Estadual nº 64.881, de 22 de março de 2020 e Decreto Municipal nº 166 de 21 de Abril de 2020 e sentença Mandado de Segurança- Projeto Digital 1003166-76.2020.8.26.0566** Classe - Assunto Mandado de Segurança Cível - Abuso de Poder Impetrante: Lojas Tanger Ltda. As vendas podem ser realizadas pelo sistema delivery, porém as portas não serem abertas.

Observar e cumprir o Decreto Municipal 182/2020

Art. 1º Fica determinado, consoante ao disposto no Decreto Estadual nº 64.956, de 4 de maio de 2020, o uso obrigatório de máscaras de proteção facial, preferencialmente de uso não profissional, no interior de estabelecimentos que executem atividades essenciais, aos quais alude o § 1º do artigo 2º do Decreto Estadual nº 64.881, de 22 de março de 2020 c/c Decreto Municipal nº 120, de 20 de março de 2020, por consumidores, fornecedores, clientes, empregados e colaboradores; Parágrafo único. Em relação aos clientes dos estabelecimentos mencionados no caput deverá ser obrigatório o uso de máscaras ao adentrar nestes estabelecimentos.

Art. 2º Fica recomendado, em complemento ao disposto no Decreto Municipal nº 159, de 10 de abril de 2020, o uso de máscaras de proteção facial, preferencialmente de uso não profissional, nos espaços de acesso aberto ao público, incluídos os bens de uso comum da população; § 1º O descumprimento do disposto neste artigo sujeitará o infrator, conforme o caso, às penas previstas nos incisos I, III e IX do artigo 112 da Lei Estadual nº 10.083, de 23 de setembro de 1998 - Código Sanitário do Estado, sem



Prefeitura Municipal de São Carlos

prejuízo: a) na hipótese da alínea “a” do inciso II, do disposto na Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor; b) em todas as hipóteses, do disposto nos artigos 268 e 330 do Código Penal. § 2º O uso de máscaras de proteção facial constitui condição de ingresso e frequência eventual ou permanente, nos recintos a que alude o artigo 1º, caput deste Decreto. § 3º As máscaras artesanais podem ser produzidas, forma de utilização e higienização segundo as orientações constantes da Nota Informativa nº 3/2020-CGGAP/DESF/SAPS/MS, e, conforme o disposto no Anexo I deste Decreto Municipal.

São Carlos, 24 de Maio de 2020

**Secretaria Municipal de Habitação
e Desenvolvimento Urbano**

Procuradoria Geral do Município

Câmara Municipal de São Carlos

Sociedade Civil

Comissão Especial dos Assuntos da COVID- 19